

Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe: Duas Décadas Preservando a Memória Documental (1998 -2018)

Andréia Bispo dos Santos*
Josefa Eliana Souza**

Central Archive of the Federal University of Sergipe: two decades preserving documental memory (1998-2018)

Resumo

Tendo como objetivo compreender a relevância do Arquivo Central para os pesquisadores que buscam fontes acerca da História da UFS, este artigo trata sobre aquele guardião de memória que está se encaminhando para o vigésimo aniversário. Neste tempo, foi sendo acumulada a memória documental da Instituição. Esta pesquisa está pautada nas recomendações da História Cultural, na bibliografia e documentação afinada com o tema em discussão. Trazemos como justificativa o ano de 1998 por ser a data da sua inauguração, e o 2018, ano que está completando os seus 20 anos. Consideramos que o Arquivo Central da UFS tem prestado um serviço relevante aos estudiosos, ao preservar a memória da única Instituição de Ensino Superior pública em Sergipe.

Palavras-chave: Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe; História da UFS; Memória.

Abstract

This article discusses the evolution of post-graduation at the Federal University of Sergipe (UFS), highlighting the various stages of its development. The post-graduation began in 1982 in the *latu sensu* format and only in 1985 the *stricto sensu* post-graduation began. In the postgraduate course evolution there are two distinct growth periods, from 2000 to 2007 and from 2007 to 2017, associated with different factors. The UFS postgraduate program showed a more significant relative growth than the total number of courses in the country. Until 2016 UFS graduated 3906 masters and 409 doctors. Therefore, the post-graduation in Sergipe, with emphasis on UFS participation (85%), is a victorious project that should be encouraged, as a vector capable of leveraging the development of the state.

Keywords: Federal University of Sergipe; Postgraduate studies; Knowledge; Sergipe.

* Possui Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS, Especialista em Docência do Ensino Superior com ênfase em Educação a Distância pela Faculdade Jardins. Mestranda em Educação pelo Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre História do Ensino Superior – GHEPHES./CNPq. Professora da Secretaria da Educação do Estado de Sergipe – SEED/SE-mail: andreiabisma@hotmail.com.

** Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mestrado em Educação obtido na Universidade Federal de Sergipe – UFS, Bacharela em História pela Universidade Federal de Sergipe e Graduada em História, também pela Universidade Federal de Sergipe. Professora Associada do Departamento de Educação e membro do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFS. Membro do Conselho Editorial/Científico Nacional da Interespaço - Revista de Geografia e Interdisciplinaridade. Membro da Sociedade Brasileira de História da Educação/SBHE.



Introdução

Em meados do século XIX começa a desabrochar um crescente interesse pelo valor histórico dos arquivos e os documentos ganham *status* de testemunhos da história (PAES, 2004, p. 53 grifo do autor)¹.

A História dos Arquivos revela que, no século XIX, verificou-se grande interesse pela preservação de documentos por seu valor histórico como guardião da memória e testemunho da história nas sociedades modernas. É com esse desabrochar histórico que queremos demonstrar a relevância que o acervo do Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe (AC/UFS) tem para os pesquisadores e curiosos acerca da história da instituição pública de ensino do Estado de Sergipe. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é compreender a relevância do Arquivo Central para os pesquisadores que buscam fontes acerca da História da Universidade Federal de Sergipe.

O Arquivo Central da UFS está se encaminhando para o seu vigésimo aniversário. Nesses anos, foi sendo organizada e preservada, nos prédios onde está sediado, no interior da Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos, a memória documental da instituição. Memória esta que está sendo visitada pelos pesquisadores que se interessam pela História da Universidade Federal de Sergipe.

Para compreender o papel de um arquivo histórico se faz necessário esclarecer o que seja tanto *arquivo* quanto *memória*. De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística², há 4 (quatro) definições sobre o significado de arquivo. Portanto, *arquivo* pode ser entendido como: “1. conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza do suporte; 2. Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos; 3. Instalações onde funcionam arquivos; ou ainda, como um móvel destinado à guarda de documentos”.

Afinada com o significado que recorre ao arquivo como instituição que busca ordenar, preservar e custodiar ofícios, portarias, leis, pareceres, cadernetas e outros documentos, além de fotos diversas que dizem respeito à história da implantação de cursos, reformas, carreira de diversos profissionais que prestaram serviços à instituição e fotos que registraram momentos variados da história, testemunhando as suas transformações,

1 PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3. ed. rev. Ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

2 ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.



está a proposta deste objeto. Contudo, além de buscar interpretar o sentido atribuído pela instituição, cabe atentar para a concepção de arquivo como conjunto de documentos composto pelas memórias documentais de uma instituição de ensino superior pública.

Em consonância com esta definição está o conceito apresentado por Camargo e Bellotto³, que entendem arquivo como “conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas”. O Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe (AC/UFS) foi pensado dentro da perspectiva de preservar os conjuntos de documentos dos departamentos pertencentes aos quatro centros da instituição, ou seja, o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), Centro de Ciências Exatas e Tecnológica (CCET), Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e o Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), além de documentos administrativos do Departamento de Administração Acadêmica (DAA).

A perspectiva proposta pela Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991, no art. 2º, se refere a arquivo como:

Conjunto de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou natureza dos documentos.⁴

Ou seja, o arquivo é um local dentro de uma instituição que tem como dever receber, guardar e cuidar dos documentos nele postos. Partindo desse conceito, o AC/UFS guarda em seu prédio histórias mascaradas de documentos e estes são fontes imensuráveis para o campo da história da própria instituição. Ao discutir a finalidade do arquivo, Martins⁵ define que o arquivo “é muito mais que um bem cultural, é um equipamento social que serve à administração e tem como funções a guarda e a conservação dos documentos visando à sua utilização”. Pode-se dizer que é o uso dos arquivos por públicos distintos que o torna vivo e atuante. Nesse sentido, o AC/UFS é utilizado por diferentes pesquisadores, de outras instituições inclusive, que podem pesquisar temas diretamente vinculados à história da UFS ou buscar dados para compará-los aos

3 CAMARGO, Ana Maria de A.; BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Dicionário de Terminologia Arquivística*. Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

4 BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e dá outras providências. *Portal da Legislação*, Brasília, jan. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm>. Acesso em: 18 ago. 2016.

5 MARTINS, Ismenia de Lima. *A utilização popular de arquivo*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 4., 1979, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro 1979. p. 443-449.



de outras instituições superiores de Sergipe, de outros estados ou de outros países.

E, para compreender o que seja *memória*, precisamos recorrer ao historiador francês Le Goff⁶ que esclarece o que vem a ser memória e qual a sua finalidade para a pesquisa historiográfica: “memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas”. Como o autor afirma, a memória é o ato de preservar informações que poderão ser passadas às gerações futuras. Nesse enfoque, o arquivo tem como uma das finalidades ser guardião das memórias escritas por diversas pessoas e que remetem a uma determinada época.

O recorte cronológico da pesquisa inicia no ano de 1998, ano que foi implementado o AC/UFS, e temos como ano final o de 2018, ano em que se comemora as duas décadas da sua existência. Ambas as datas são marcantes para a Universidade Federal de Sergipe, pois, no ano de 1998, a UFS comemorava seus 30 anos de existência, e, no ano de 2018, a UFS estará comemorando o seu Jubileu de Ouro, ou seja, ela completa 50 anos. Cinco décadas prestando um serviço público de grande relevância para a sociedade. Essa instituição vem contribuindo para o enriquecimento intelectual dos cidadãos sergipanos e de outros estados, pois, com a implementação do Sistema ENEM⁷, os aprovados no exame podem se utilizar das notas para o ingresso nas universidades cadastradas nesse sistema. Com esse novo instrumento, a Universidade Federal de Sergipe recebe, todos os anos, discentes das cinco regiões que compõem o país.

A metodologia utilizada neste artigo é a revisão bibliográfica. Segundo Lakatos e Marconi⁸, “a pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como primeiro passo de toda pesquisa científica”. Na construção do estudo, nos utilizamos dos escritos de Le Goff⁹, Bellotto¹⁰ e de Bacellar¹¹, por meio de textos que versam sobre a importância do documento e como é preciso aprimorar o conhecimento acerca dele.

6 LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

7 Exame Nacional do Ensino Médio, que passou a ser aplicado no processo seletivo da Universidade Federal de Sergipe.

8 LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do Trabalho Científico*. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

9 LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

10 BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320 p.

11 BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSK, Carla Basanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Ed. Contexto, 2010. p. 23-69



Nessa perspectiva, torna-se relevante entender o processo de análise dos documentos como fonte que transmite um fato ocorrido no pretérito. Como pesquisadores, temos que ter a clareza de que nenhum documento é neutro. Contudo, a arquivologia não se preocupa com a veracidade do conteúdo e com a autenticidade do documento; todos têm a sua especificidade. Nesse sentido, os documentos que versam sobre a implementação e história do AC/UFS, esses imparciais, criados a partir de necessidade administrativa e jurídica, trazem consigo um misto de informações, e precisamos ter um olhar questionador sobre tais. Nesta análise, será preciso confrontar os dados presentes nos documentos com os fatos narrados pelos sujeitos envolvidos nesse processo. Nesse contexto, nos utilizaremos da História Oral como método para validar as fontes. Então, é preciso ter em mente questões fundamentais: Sob qual contexto de produção aquele documento foi redigido? Com que propósito? Por quem? Essas perguntas são básicas e primárias na melhor análise e descrição documental. pesquisa documental. Contudo, às vezes, são deixadas de lado. Compreender o contexto de produção do documento que é coletado é fundamental em nosso ofício.



O surgimento do Arquivo Central: um recorte da sua história

O Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe tem suas raízes relacionadas à criação do Centro de Microfilmagem (CEMIC) da UFS. Criado em 1982, no reitorado do Prof. Gilson Cajueiro de Hollanda (1980-1984), com a finalidade de conservar documentos e racionalizar o seu armazenamento, fazia-se necessário o uso de técnicas mais modernas naquele momento, a exemplo da microfilmagem. Assim, se faria preservação da informação escrita e seria possível a recuperação de uma massa documental considerável.¹²

Conforme a Resolução 04/1983, do Conselho Universitário (CONSU) da UFS, caberia ao CEMIC: prestar serviços de microfilmagem à Universidade, atendendo às necessidades da pesquisa e da docência, à organização arquivista e administração da UFS; manter intercâmbio com instituições nacionais e estrangeiras, visando à ampliação de seus serviços e ao aprimoramento do pessoal, além de prestar serviços de microfilmagem à comunidade. Em 1995 foram encerradas as atividades de microfilmagem da instituição, as quais ocorriam no prédio onde hoje funciona o Arquivo Central, e que era levada a efeito ao transformar documentos em pequenos filmes. Era uma forma de preservar a docu-

12 CASTRO, Edimir Moreira de Castro. *Do Centro de Microfilmagem ao Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe*. São Cristóvão/SE, 2014. 35f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Departamento de Administração, Universidade Federal de Sergipe, 2014.

mentação da instituição, mas essa atividade foi extinta e o Centro de Microfilmagem parou de funcionar.

A UFS não tinha um local que armazenasse toda a documentação em um único espaço. Existiam arquivos setoriais, ou seja, cada departamento tinha um arquivo, mas não existia uma preocupação com a documentação gerada pela instituição.

No ano de 1998, foi implementado o Arquivo Central da UFS no espaço que abrigou o antigo Centro de Microfilmagem. Contudo, ao prédio, foram anexadas novas instalações para que o AC pudesse funcionar dentro de um espaço mais adequado e que tivesse disponibilidade para armazenar armários, estantes e caixas de documentos provenientes da UFS.

No dia 09 de março de 1998, houve uma cerimônia de lançamento da pedra fundamental do Arquivo Central¹³, realizada na primeira gestão do reitorado do professor José Fernandes Lima (1996-2000), com a presença do Ministro da Cultura – Francisco Weffort. Na cerimônia, ficou evidente a importância que o Arquivo Central poderia ter para a Universidade Federal de Sergipe, pois ele guardaria o acervo já existente na instituição e o que seria gerado nos anos vindouros.

Naquele mesmo ano foi criada a “Subcomissão Arquivo e Memória”, vinculada à “Comissão 30 anos/UFS”. Esta comissão percebeu a necessidade de designar um local apropriado que garantisse guardar a memória documental da instituição. O Arquivo foi inaugurado em 17 de dezembro de 1998, ano em que a UFS comemorou 30 anos de existência. O AC teve como idealizadores o, então, vice-reitor Josué Modesto dos Passos Subrinho¹⁴ e os professores Itamar de Freitas Oliveira, Terezinha Alves de Oliva, Verônica Maria Menezes Nunes, Lenalda Andrade Santos, além da arquivologista Zenilde de Jesus Silva.

No Relatório de Gestão¹⁵, do, então, Reitor José Fernandes de Lima, é possível encontrar informações acerca da construção do Arquivo Central. O documento descreve, além da finalidade do Arquivo como guardador da memória, o custo de sua de sua ampliação (já que aproveitou-se o espaço que antes era ocupado pelo CEMIC): “[...]. Em março de 1998 iniciamos a construção do Arquivo Central. Esse espaço, destinado à guarda da documentação permanente e do gerenciamento do fluxo de documentos, era um sonho de vinte e cinco anos, na UFS”.

13 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. *Relatório/ UFS 30 anos*. São Cristóvão. Editora UFS, 1998.

14 Josué Modesto dos Passos Subrinho, além de ter sido vice-reitor em duas gestões de José Fernandes de Lima (1996-2000 e 2000-2004), exerceu o reitorado da UFS durante dois mandatos (2004-2008 e 2008-2012) Cf. SOUZA, Eliana. *História e Memória Universidade Federal de Sergipe: 1968-2012*. - São Cristóvão: Editora UFS, 2015.

15 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. *Relatório de Gestão: 1996-2000*. São Cristóvão, Editora UFS, 2000, p. 77.



A construção do Arquivo custou R\$ 115 mil. Com 340 m² de área construída, o AC conta com as seguintes instalações para a recepção dos documentos: triagem, descarga, processamento técnico e desinfestação, sala de consulta, espaço para exposições e depósitos dos acervos de documentos convencionais. A iniciativa foi pautada em princípios que tinham por finalidade respeitar as normas para implantar um arquivo que oferecesse condições de funcionamento e preservação. Aquela construção tinha um significado muito forte para os que se empenharam em sua realização, pois era um sonho na história de 30 anos que antecederam a criação do AC/UFS. Entendemos que sobre isso, uma das propostas de criação do arquivo explicita, com clareza, o que estava posto naquele momento. Referimo-nos a uma das afirmações da professora Beatriz de Góis Dantas. Ela tem uma trajetória marcada por ações que nos levam a entender acerca de seu conhecimento sobre o Arquivo, inclusive, pelo fato ter sido diretora do Arquivo Público Estadual de Sergipe/APES, quando esclarece porque se sentiu motivada a fazer parte da proposta de criar um arquivo dentro da UFS:

Contrariando posições atuais, velhos historiadores diziam que um fato se torna histórico depois de 30 anos de ocorrido. (...) Por outro lado, tornavam-se frequentes a morte dos fundadores e as ondas de aposentadorias de professores e funcionários mais antigos, que se constituíam nos depositários das informações orais sobre a vida da Universidade. Tudo isso apontava para a urgência da organização do arquivo e da necessidade de preservação da memória da instituição.¹⁶

A afirmação de Dantas evidencia a necessidade, naquele momento, de preservar documentos de gênero textual, iconográfico, sonoro e audiovisual produzidos pela UFS. Sabemos que a professora não fez parte de nenhuma subcomissão porque estava ocupada com a realização da proposta de “Exposição dos 30 anos da UFS”. Contudo, teve um papel fundamental na implementação e organização do arquivo, principalmente no que diz respeito à organização dos documentos que contavam a história dos 30 anos da Universidade Federal de Sergipe. A professora Beatriz reuniu diversos documentos sobre a instituição e fez o “Relatório UFS 30 anos”. Nesse relatório, encontramos diversas informações, desde as escolas isoladas até o ano de 1998. A professora também foi responsável por organizar uma exposição sobre a história e a memória documental da Universidade Federal de Sergipe. A exposição ocorreu naquele ano, no Shopping Jardins (Aracaju/SE).

16 DANTAS, Beatriz Góis. *Arquivo e exposições nas comemorações dos 30 anos da UFS*. Janeiro/2018. Texto digitalizado.



Avaliação, seleção e destinação final dos documentos

Durante anos, os documentos foram produzidos pela instituição sem nenhum tipo de controle sobre o processo de descarte dos mesmos. Sendo assim, muitos documentos foram perdidos, uma vez que não se tinha uma tabela de temporalidade¹⁷, que serviria como referência para o descarte seguro dos documentos que não teriam um caráter permanente.

Acerca da preservação documental e rigor por parte da administração no descarte de documentos, foi criada a Portaria de nº 0492/2012, uma vez que, sem essa portaria, muitos documentos poderiam ter sido perdidos em descartes indevidos..

Conforme a Portaria UFS nº 0492, de 05 de março de 2012, ficou estabelecido que os documentos existentes, e os que seriam produzidos, passariam pela triagem da Tabela de Temporalidade, ou seja, após essa avaliação, o documento seria descartado ou não. Nesse sentido, cabe destacar o art. 1º da Portaria, que teve como finalidade criar a Comissão Permanente de Avaliação de Documento de Arquivo (CPDA/UFS), com a finalidade de promover a avaliação, seleção e destinação final de documentos da Universidade Federal de Sergipe, segundo a ciência arquivística, de acordo com a legislação em vigor e recomendações do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), e especialmente:

I – Estabelecer as diretrizes necessárias à implementação e ao aperfeiçoamento da Política de Gestão Documental da UFS, visando à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivo; (...)

À luz do Art. 1º da Portaria, fica evidente a preocupação com a documentação produzida pela Universidade Federal de Sergipe, além de pontuar como deveria ser a conservação e de que forma ela seria feita. O texto ainda deixa clara a importância da capacitação das pessoas envolvidas no processo de gestão documental. Em consonância com o inciso I da Portaria 0492/2012, Bellotto¹⁸ nos auxilia a compreender a relevância da preservação dos documentos produzidos por esse tipo instituição, que busca preservar as fontes documentais para a posteridade. Nesse tocante, a autora chama atenção sobre o desconhecimento, a ignorância dos destruidores de documentos. Em nosso país, todos os dias, há documentos sendo destruídos pela ignorância ou pouco caso

17 PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3. ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 28 define “Tabela de Temporalidade” como instrumento de destinação, aprovado pela autoridade competente, que determina os prazos em que os documentos devem ser mantidos nos arquivos correntes e intermediários, ou recolhidos aos arquivos permanentes, estabelecendo critérios para microfilmagem e eliminação.

18 BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 23-34.



dos administradores de instituições diversas. É preciso que os responsáveis por políticas de informação documental atentem para existência de normas acerca do descarte de documento. A entidade não pode e nem deve optar pela destruição sem antes consultar a comissão multidisciplinar a qual o órgão está vinculado.

A mesma autora chama atenção sobre a ignorância por parte da gestão documental. Sem um preparo e uma tabela de temporalidade, muitos documentos deixaram de existir porque a instituição se descuidou no conhecimento da relevância dos mesmos para registro, análise e interpretação da história. Nesse sentido, Terezinha Oliva chama atenção para a importância dos arquivos como guarda da memória presente nos documentos e a contribuição que eles têm para as narrativas históricas dos seus atores principais e coadjuvantes presentes nos documentos. Acerca disso, Oliva discorre:

Forma de memória ligada à escrita, os documentos de arquivos exerceram um papel gerador do conhecimento histórico, desde quando este campo começou a ser organizado com pretensões à descoberta da verdade sobre o passado, resultante do exercício da atividade científica. Toda a trajetória da história, na modernidade, se relaciona ao trato com os documentos, à forma de buscá-los, de tratá-los, de descobrir através deles as armadilhas da memória, de contestá-la, de desmistificá-la.¹⁹

Portanto, não devemos descartar os documentos, em que pese Lucien Febvre tenha afirmado que escrevemos a história com e sem eles. Mas, para isso acontecer, seria necessário que o pesquisador pudesse dispor de “(...) tudo o que a engenhosidade do historiador permite (...). Em suma, tudo o que sendo próprio do homem, dele depende, lhe serve, o exprime, torna significativa a sua presença, atividade, gostos e maneiras de ser”.²⁰ Além dos documentos de arquivo, é necessário preservar outros registros, ou produzi-los para que se escreva a história.

Então, é possível compreender que se escreve História sem documentos, quando eles não existem ou quando não se pode dispor deles. E essa escrita vai depender da capacidade investigativa do pesquisador que deve, em qualquer das circunstâncias, estar atento aos indícios e duvidar das fontes como norma fundamental para buscar processar a análise e interpretação dentro dos procedimentos da hermenêutica.

19 OLIVA, Terezinha Alves. Patrimônio documental e história: a importância dos arquivos escolares. In: ALVES, Eva Maria Siqueira. (Org.) *Entre papéis e lembranças: o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense e as contribuições para a História da Educação*. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe - Edise, 2015. capítulo 2, p. 43

20 FEBVRE, 1953 apud LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão et al.. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2003. p. 107.



Ainda no que diz respeito à concepção de arquivo como guarda de memória, Santana²¹ afirma que arquivo não se reduz à documentação, mas pode significar também um espaço físico que foi destinado a abrigar um conjunto de documentos e que tem a pesquisa como finalidade. Tendo como primeiro objetivo atender à administração, em seguida, a avaliação e o descarte para, por fim, atender à pesquisa. Mas, além do valor material, há o valor simbólico, ou seja, um lugar “guardião da memória”. Cabe destacar que o arquivo, enquanto instituição, pode receber conjuntos documentais não arquivísticos, como coleções de referências, entre outros.

Fica evidenciado, conforme as afirmações que dizem respeito à guarda das memórias, que cabe ao pesquisador recuperá-las do passado para o presente, através da análise documental. Sendo assim, a preservação do documento é de grande valia para dar continuidade aos estudos em andamento e os que ainda virão.

276



A invisibilidade do Arquivo Central da UFS

Em que pese o AC/UFS tenha sido o espaço para muitas pesquisas já realizadas, cabe destacar que há certa invisibilidade no que diz respeito às ações levadas a termo e as suas contribuições. Cabe dizer que não é incomum encontrar discentes, na própria universidade, que não sabem da existência do Arquivo. Essa invisibilidade se dá no sentido que o AC/UFS não vem recebendo as devidas atenções, uma vez que está completando duas décadas de existência, e percebemos que, desde a sua implementação, não foram realizadas ações efetivas para a divulgação do acervo existente nele.

Notamos, por exemplo, que a UFS possui diversos sites acerca dos diferentes setores e, nesse sentido, é possível citar: a graduação, pós-graduação, curso de extensão, BICEN²², Departamentos e outros. Porém, não existe uma página do Arquivo Central da UFS. Fazendo um comparativo com outras universidades, observamos que a UFS é uma das instituições públicas de ensino superior do Brasil que não tem uma página sobre a história do AC e seus fundos²³ disponíveis para pesquisa.

21 SANTANA, Sayonara Rodrigues Nascimento. Preciosidades da Casa de Sergipe: A trajetória dos acervos da Biblioteca, da Hemeroteca e do Arquivo do IHGSE (1912-2012). In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros; SANTOS, Magno Francisco de Jesus; SANTOS, Ane Luise Silva Mecnas (Org.) *História, Memória e Comemorações na Casa de Sergipe*: os 100 anos do IHGSE. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2014, p.157-186.

22 Biblioteca Central.

23 PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3. ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 26 define Fundo” como: 1. A principal unidade de arranjo estrutural nos arquivos permanentes, constituída dos documentos provenientes de uma mesma fonte geradora de arquivos; 2. A principal unidade de arranjo funcional nos arquivos permanentes, constituída dos documentos provenientes de mais de uma fonte geradora de arquivo reunidas pela semelhança de suas atividades, mantido o princípio de proveniência.

Outro fato que observamos no Arquivo Central da UFS é o de que não existe uma ação educativa do Arquivo Central para a comunidade acadêmica interna ou externa. Existe uma prática educativa não formal, que é a ida de pesquisadores ao Arquivo para fazer suas pesquisas, ou seja, é uma prática de fora para dentro do Arquivo.

É notório que na educação não formal “existe uma intencionalidade de dados sujeitos em criar ou buscar determinadas qualidades e/ou objetivos”. Nesse sentido, a prática de o pesquisador ir até o AC fazer um levantamento de dados, documentação ou mesmo de fotos, caracteriza-se como uma difusão, pois ele vai até aquele espaço com um objetivo. Esse objetivo modifica o conhecimento do pesquisador a partir do encontro entre os sujeitos e as fontes. Muitas vezes, ele sai com um novo pensamento acerca do objeto pesquisado, pois, mesmo que já tivesse conhecimento prévio, foi confrontar as informações.

Ainda sobre a questão da invisibilidade, é notório que os pesquisadores que vão até esse Arquivo são pesquisadores que estudam a história relacionada à Universidade Federal de Sergipe ou estudantes que precisam de informações ou imagens sobre a instituição. Entre os pesquisadores, destacamos os alunos de Pós Graduação em Educação da UFS, que se utilizam dos fundos documentais permanentes, a exemplo de impressos, manuscritos e iconográficos. É graças aos arquivistas e técnicos que a memória documental acerca da instituição permanece viva nos documentos, artigos, monografias, dissertações e teses que versam sobre a história da instituição ou relacionada a ela.

Tecendo considerações

Neste estudo, a finalidade foi compreender a relevância do Arquivo Central para os pesquisadores que buscam fontes acerca da História da Universidade Federal de Sergipe. Cabe destacar que o AC/UFS continua sendo visitado por pesquisadores que almejam encontrar respostas para suas pesquisas, mediante o confronto com as fontes documentais que o Arquivo guarda em seu acervo. Também destacamos a relevância do Arquivo para a escrita da história da Universidade Federal de Sergipe, cursos, alunos, professores, funcionários, departamentos, biblioteca e outros, uma vez que o mesmo foi pensado para ter esta funcionalidade: guardar a memória documental da instituição.

Ao tratarmos da invisibilidade do Arquivo Central da UFS, cabe chamar atenção para a valorização desse espaço de pesquisa e os cuidados que a gestão documental deve ter com os documentos armazenados nesse local de guarda e preservação, bem como para a falta de ações educativas por parte da equipe do Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe para com a comunidade interna e externa da instituição.



Outra questão levantada neste escrito foi sobre a Portaria nº 0492 de 05 de março de 2012, na qual se aborda o descarte consciente dos documentos produzidos pela Universidade Federal de Sergipe. Ela possibilitou o acúmulo de documentos históricos, ou seja, o ajuntamento de todo documento que já existia e que os que foram criados ao longo dessas duas décadas, fazendo com que o Arquivo Central recebesse apenas documentos permanentes porque, conforme o entendimento da arquivologia, são de cunho histórico.

Por fim, consideramos a grande contribuição do Arquivo Central como instrumento de guarda e difusão, por meio de seus pesquisadores, da memória da UFS. Vida longa a esse guardião que preserva em seu interior o registro, vestígios, sinais, documentos e registros fotográficos de histórias que aguardam ser desvendadas. Assim, promove a manutenção da memória perene da UFS, que comemora, este ano, 50 anos de sua aula inaugural.

